



<https://doi.org/10.56344/2675-4827.v5n2a2024.2>

Utilização da rede de atenção psicossocial de Ribeirão Preto pela população em situação de rua

The use of the network of psychosocial care in Ribeirão Preto by the homeless population

Felipe Tanaka Leite¹, Eloisa Yara Araújo Clemente¹, Laura de Oliveira Teixeira¹, Paula Altieri Pin¹, Lucila Costa Zini Angelotti², Fábio Franchi Quagliato³, Soraya Duarte Varella⁴

Resumo: *Introdução:* A população em situação de rua tem muitos de seus direitos violados, entre eles a garantia de acesso à rede de atenção à saúde. Em Ribeirão Preto, 3.405 pessoas vivem em situação de rua, muitos apresentando problemas de saúde mental. A dificuldade de acesso aos serviços de saúde confere uma maior vulnerabilidade a essa população, que já sofre com a exclusão e condições precárias de vida. *Objetivo:* Caracterizar demograficamente as PSR que utilizam o Centro POP de Ribeirão Preto - SP e descrever o seu fluxo na rede de atenção psicossocial do município. *Material e Métodos:* Trata-se de um estudo descritivo, que utilizou dados demográficos obtidos por entrevista com as PSR e informações sobre o uso da rede dos prontuários eletrônicos. *Resultados:* A maioria das PSR entrevistadas eram homens negros, jovens, com baixa escolaridade, heterossexuais e desempregados. Em relação à utilização da rede de atenção à saúde, a maioria já havia utilizado algum serviço de saúde, não tinha diagnóstico em saúde mental e não havia sido internado. A maioria fazia uso de substâncias psicoativas. *Conclusão:* Considerando a vulnerabilidade e os problemas de saúde mental enfrentados por essa população, é importante o fortalecimento da integração entre os serviços de assistência social e da saúde.

Palavras-chave: Pessoas mal alojadas. Acesso à serviços de saúde. Atenção Psicossocial.

¹ Acadêmicos do curso de Medicina do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: eloisa.yara@gmail.com, ftanakaleite@gmail.com, laurateixeira1607@gmail.com

² Mestrado em Inovação Tecnológica pela UFTM. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: lucila.angelotti@baraodemaua.br

³ Mestrado em Saúde na Comunidade pela USP. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: fabio.franchi@baraodemaua.br

⁴ Doutorado em Análises Clínicas pela UNESP. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá. Contato: soraya.varella@baraodemaua.br

Abstract: *Introduction:* The homeless population has many of its rights violated, including the guarantee of access to health care services. In Ribeirão Preto, 3,405 people live on the streets, many of whom have mental health issues. The difficulty in accessing health services increases the vulnerability of this population, which already suffers from exclusion and precarious living conditions. *Objective:* To demographically characterize the homeless population who uses the Centro POP in Ribeirão Preto - SP and to describe their flow within the public health care network. *Material and Methods:* This descriptive study used demographic data obtained through interviews with the homeless population and information on the use of the network from electronic health records. *Results:* Most of the interviewed homeless individuals were young black men with low education, heterosexual, and unemployed. Regarding the use of the health care network, most had used some health service, did not have a mental health diagnosis, and had not been hospitalized. Most had used psychoactive substances. *Conclusion:* Considering the vulnerability and mental health issues faced by this population, it is important to strengthen the integration between social assistance services and health care services.

Keywords: Psychosocial Support Systems. Ill-Housed Persons. Health Services Accessibility.

INTRODUÇÃO

As pessoas em situação de rua (PSR) são expostas a situações de vida precárias, com dificuldade de acesso à alimentação, higiene e saúde. Marcada na denominação “rua” está a exclusão a que são submetidos, seja ela social, pela ruptura de vínculos familiares e afetivos, ou econômica, devido à desvinculação com o mercado de trabalho. Existem outras barreiras sociais que limitam a cidadania dessas pessoas e enfatizam a invisibilidade perante os poderes públicos: a grande maioria delas não é atendida por coberturas de assistência social do governo e relata não ter acesso a benefícios, como aposentadoria (Brasília, 2008).

É considerado que essa população tem seus direitos civis violados, dado que a Constituição Federal de 1988 estabelece, nos artigos 5 e 6, a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade e à segurança, bem como considera a educação, trabalho, moradia e lazer como direitos sociais (Brasil, 1988).

No Brasil, segundo o Ministério da Saúde existem mais de 236 mil PSR (Brasil, 2023), correspondendo, assim, a 0,1% da população total, considerando

203.080.756 de habitantes no Brasil em 2022 (IBGE, 2022). A cidade de Ribeirão Preto-SP, segundo dados do IBGE (2022), conta com 698.642 habitantes, sendo que 3.405 vivem em situação de rua (Fontes, 2020). Essa concentração maior que a média nacional se deve ao fato de Ribeirão Preto ser um município de grande porte, com mais oportunidades de trabalho, espaços públicos que proporcionam abrigo, e melhor estrutura de assistência social, como, por exemplo, o Centro de Referência Especializado para atendimento à população em situação de rua (Centro POP). Isso implica, inclusive, na imigração de pessoas em situação de rua de municípios menores da região para Ribeirão Preto.

O Centro POP é uma unidade que oferece serviços de acolhimento e apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas que vivem nas ruas. O objetivo do centro é promover a dignidade, a cidadania e a inclusão social, proporcionando acesso a serviços como alimentação, higiene, assistência social, saúde e orientação para reintegração à sociedade (Ribeirão Preto, 2024).

De acordo com o estudo de Borysow e Furtado (2014), o acesso ao sistema de saúde das PSR é baixo, evidenciando a vulnerabilidade dessa população e falhas de abordagem ou do sistema. As pessoas que se encontram em situação de rua e que apresentam o agravante de transtorno mental, demonstram um acesso ainda mais reduzido a serviços de saúde especializados em saúde mental, o que intensifica as fragilidades dessa população.

Apesar do Ministério da Saúde informar que cerca de 86% do país é coberto por serviços de Saúde Mental, essa oferta ocorre de forma desigual entre regiões e municípios. Além disso, há falta de integração entre os setores de atenção à saúde e psicossociais, e a oferta desses serviços de cuidado, no nível primário ou especializado, é menor do que a necessidade de cada população (Dimenstein *et al.*, 2018).

Um problema frequente das PSR é o uso de substâncias psicoativas, entre elas, álcool, tabaco, e drogas ilícitas (OPAS, 2024), que necessita de uma rede de atenção psicossocial estruturada para o manejo dos impactos desse uso na saúde mental dessa população, já vulnerável.

Diante desse cenário, são relevantes estudos que avaliem a prevalência e o acesso aos serviços psicossociais de PSR com transtorno mental, a fim de identificar os obstáculos entre a teoria da gestão do cuidado e a prática de cada município.

Assim, o presente estudo teve como objetivo caracterizar demograficamente as PSR que utilizam o Centro POP de Ribeirão Preto - SP e descrever o seu fluxo na rede de atenção psicossocial do município.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo sobre a utilização da rede de atenção psicossocial pelas PSR em Ribeirão Preto. A pesquisa foi realizada no Centro de Referência Especializado para Atendimento à População em Situação de Rua (Centro POP) de Ribeirão Preto - SP e por meio da revisão de prontuários eletrônicos.

Para a realização deste estudo, foi aplicado um questionário, elaborado pelos próprios autores, composto por 29 questões, para levantamento das informações sobre as características sociodemográficas e de estilo de vida dos participantes. Os questionários foram aplicados pelos autores no Centro POP, durante visitas ao equipamento de assistência social, ao longo de 2023. Fizeram parte dessa amostra as pessoas em situação de rua que estavam presentes nos dias das visitas e aceitaram participar da pesquisa.

Posteriormente, foram avaliados os prontuários eletrônicos das PSR atendidas pelo Centro POP e residentes no município de Ribeirão Preto – SP, utilizando o sistema Hygia. As informações verificadas a partir dos prontuários eletrônicos foram: serviços da rede de atenção à saúde que têm registro de atendimento do participante, diagnóstico de transtorno mental registrado, medicamentos psiquiátricos prescritos/retirados nas farmácias dos serviços públicos e internações em serviços de saúde.

Foram incluídos no estudo indivíduos maiores de 18 anos, atendidos pelo Centro POP e que concordaram em participar da pesquisa, assinando o termo

de consentimento. Foram excluídos indivíduos com transtornos mentais ou sob efeitos de drogas psicoativas que os impediam de responder adequadamente o questionário.

A análise e interpretação dos resultados foram realizadas pela estatística descritiva das variáveis estudadas.

Este estudo recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), conforme parecer nº 5.576.486, emitido em 11 de agosto de 2022.

RESULTADOS

Dos 40 participantes, seis (15%) eram do sexo feminino e 34 (85%) eram do sexo masculino, sendo que nove (22,5%) possuíam idades entre 21 e 30 anos, 18 (45%) pessoas entre 31 e 40 anos, seis (15%) possuíam idades entre 41 e 50 anos, cinco (12,5%) com idades entre 51 e 60 anos, e os outros dois (0,5%) com idades entre 60 e 67 anos. Desses, 37 (92,5%) se autodeclararam heterossexuais, um (2,5%) bissexual, dois (5%) como transexuais. Com relação à naturalidade, 30 (75%) eram naturais do estado de São Paulo, quatro (10 %) de Minas gerais, dois de Alagoas (5%), um da Bahia (2,5%), um de Pernambuco (2,5%), um de Goiás (2,5%), um de Paraná (2,5%).

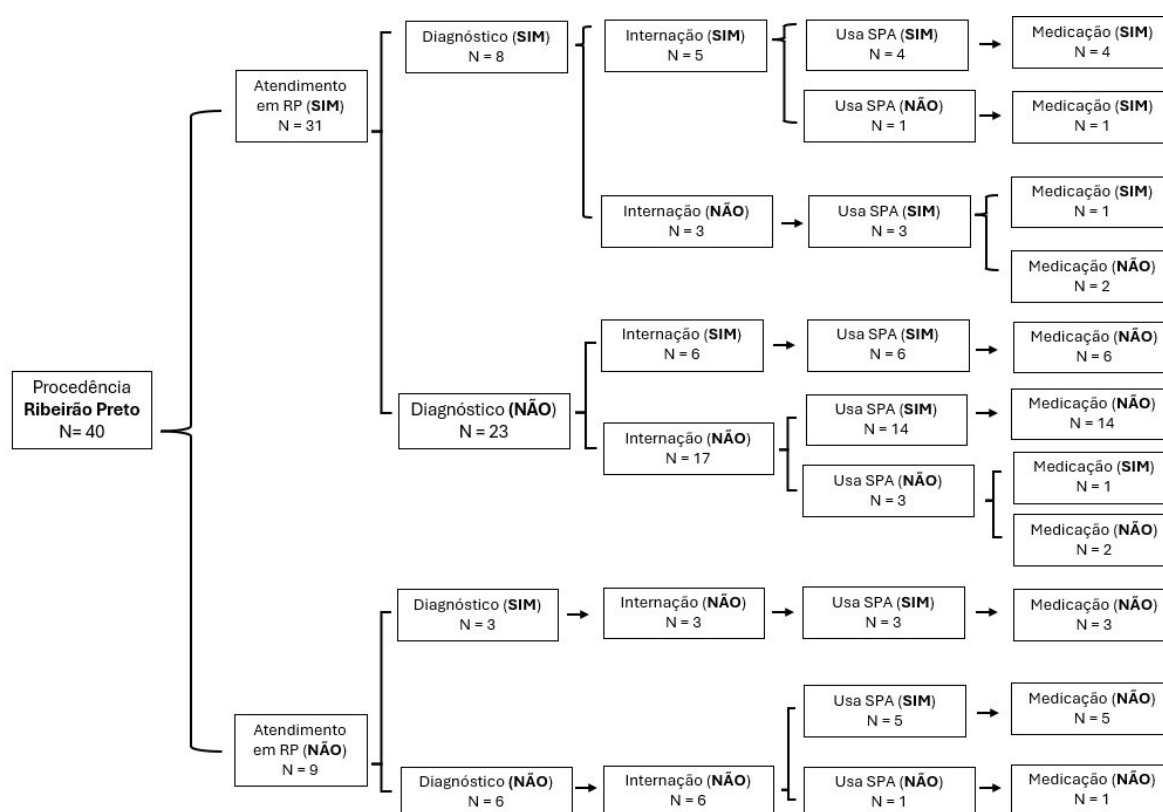
Em relação à escolaridade, um (2,5%) participante referiu ter concluído o ensino superior, nove (22,5%) pessoas declararam ter completado o ensino médio, dois (5%) relataram ter o ensino médio incompleto, três (7,5%) afirmaram ter realizado o ensino fundamental completo e 24 (60%) declararam possuir o ensino fundamental incompleto. Apenas um (2,5%) participante declarou não ter realizado o ensino fundamental. Quanto ao estado civil, 24 (60%) deles relataram ser solteiros, nove (22,5%) referiram ser separados e apenas um (2,5%) era casado, três (7,5%) viviam com parceiro e dois (2,5%) eram viúvos. Dentre os participantes, oito (20%) se autorreferiram brancos, 10 (25%) pretos e 21 (52,5%) pardos. Quanto à ocupação, 25 (62,5%) participantes não tinham emprego, 15 (37,5%) tinham emprego temporário e apenas três (7,5%) tinham emprego regular.

A rede de atenção à saúde de Ribeirão Preto foi utilizada por 31 (77,5%)

participantes, sendo que apenas oito (25,8%) tinham diagnóstico psiquiátrico registrado no prontuário eletrônico, desses, cinco (62,5%) já haviam sido internados e sete (87,5%) faziam uso de substâncias psicoativas. O uso de medicação psiquiátrica foi observado em seis (75%) desses participantes. Dentre os 23 (74,2%) participantes sem diagnóstico psiquiátrico, seis (26%) haviam sido internados, nove (39,1%) já usaram substâncias psicoativas e apenas um (4,3%) fazia uso de medicação psiquiátrica. (FIGURA 1)

Observou-se que nove (22,5%) participantes não acessaram a rede de atenção à saúde. Desses, três (33,3%) apresentaram diagnóstico psiquiátrico, já usaram substâncias psicoativas, nunca foram internados e não fazem uso de medicação. Dos seis (66,7%) participantes não diagnosticados, nenhum havia sido internado, cinco (83,3%) já usaram substâncias psicoativas e nenhum usava medicação. (FIGURA 1)

Figura 1 – Fluxo de acesso aos serviços e cuidados em saúde das PSR.



SPA: substâncias psicoativas.

Fonte: Autoria própria.

A utilização da rede de atenção psicossocial consistiu no atendimento por equipe de Atenção Básica por 22 (55%) participantes e equipe de Saúde da Família por seis (15%) participantes. Foram atendidos 22 (55%) participantes na UPA ou no CAPS, sete (17,5%) foram atendidos em ambulatórios de especialidades, 12 (30%) foram internados em hospitais gerais e quatro (10%) em hospitais psiquiátricos. Apenas 11 (27,5%) participantes realizaram acompanhamento em algum serviço de saúde mental e 11 (27,5%) participantes relataram internação prévia.

DISCUSSÃO

De acordo com o Segundo Relatório Preliminar sobre a População em Situação de Rua (Brasil, 2023), mais de 236 mil pessoas vivem nas ruas das cidades brasileiras. A maioria é composta por homens (87%), adultos (55%) e negros (68%). No que diz respeito à escolaridade, 6% dessa população informou nunca ter frequentado a escola. Em relação à ocupação, 94% trabalham por conta própria, realizando trabalhos esporádicos. No estudo atual, 85% dos participantes eram homens, com a maioria se identificando como pardos e 25% como pretos. Além disso, 2,5% dos participantes nunca frequentaram a escola e 37,5% tinham empregos temporários.

Rossi e Tussi (2020), ao entrevistarem 31 PSR, observaram que 66% delas eram solteiras ou separadas. No presente estudo, 60% se declaram solteiros e 22,5% separados.

Na pesquisa censitária das PSR realizada pela Prefeitura de São Paulo (2019), verificou-se que, entre as respostas válidas, 51% das pessoas em situação de rua na cidade estão na faixa etária entre 31 e 49 anos, 22,1% na faixa etária entre 18 e 30 anos, 15,9% entre 50 e 59 anos, 11,1% acima de 60 anos. No presente trabalho, foram observados dados semelhantes, sendo que 60% dos participantes tinham entre 31 e 50 anos e 12% entre 51 e 60 anos.

No mesmo levantamento cerca de 10% dos entrevistados se declararam LGBT, valor próximo aos 7,5% encontrados no estudo atual. Em relação à

orientação sexual, a pesquisa censitária da prefeitura de São Paulo (2019), demonstrou que 87,7% das PSR entrevistadas se declararam heterossexuais, 3,4% bissexuais, 4,6% homossexuais e 0,1% declarou ter outra orientação sexual. Os resultados do presente estudo se assemelham aos encontrados pela Prefeitura de São Paulo em relação aos participantes heterossexuais, que também são maioria.

Segundo a Prefeitura de São Paulo (2019), 61,9% das gestantes em situação de rua faziam acompanhamento pré-natal. Em relação ao auxílio para resolverem problemas de saúde, 68,9% dos participantes responderam procurar postos de saúde, Unidades Básicas de Saúde ou o serviço de Assistência Médica Ambulatorial (AMA), 43,4% relataram procurar prontos socorros ou hospitais, 17,6% relataram procurar agentes do consultório na rua ou de saúde, 16,0% relataram procurar os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), 13,3% procuram farmácias, 9,0% declararam não fazer nada para resolver seus problemas de saúde, 12,8% passaram por internação psiquiátrica e 19% declaram não ter sido atendido em nenhum tipo de serviço nos últimos 6 meses. No estudo atual, embora não houvesse gestantes, os resultados não foram muito diferentes, pois 77,5% acessaram a rede de atenção à saúde, 65,5% já foram internados em hospitais psiquiátricos. Destaca-se a grande incidência de procura pelos serviços de saúde formais. Isso pode indicar o reconhecimento que as PSR têm desses componentes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Por outro lado, Hino, Santos e Rosa (2018) observaram que, apesar dos progressos no cuidado e atenção à saúde para a população em situação de rua, especialmente com a criação do Consultório na Rua (CnaR) pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), desafios significativos ainda persistem. Entre esses desafios estão a resistência de alguns profissionais de saúde a atender essa população, devido a um olhar socialmente construído que estigmatiza PSR, comprometendo a integralidade e a humanização da assistência. Características como sujeira, mau cheiro e uso de drogas são frequentemente associadas a essa população, dificultando o acesso a serviços de saúde e perpetuando um ciclo de vulnerabilidade (Hallais; Barros, 2015; Abreu, 2017).

Um outro tipo de desafio, segundo Zuim e Trajman (2018), é a crença, compartilhada pelas PSR e de muitos profissionais de saúde, que o cuidado com a saúde é impossível de acontecer no espaço da rua.

Zuim e Trajman (2018), realizaram uma pesquisa qualitativa, onde entrevistaram PSR e puderam observar que os relatos negativos, apontando descaso e falta de informações associados aos serviços de pronto-atendimento, contrastavam com o atendimento dessa população na Atenção Básica. Os entrevistados relataram acolhimento, vínculo e continuidade do cuidado, quando usavam esses serviços de saúde.

Barros *et al.* (2023), por meio de uma revisão integrativa, constataram que PSR acessam principalmente serviços de urgência e emergência. As equipes do Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS- AD) e do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) têm sido fundamentais para facilitar o acesso à saúde e à serviços da assistência social, fortalecer vínculos, promover a inclusão social e a humanização do cuidado, reduzir danos e construir projetos terapêuticos singulares em rede.

Do Valle e Vecchia (2019) observaram que o autocuidado era o principal meio de cuidado com a saúde das PSR, abrangendo desde o tratamento de ferimentos simples até o manejo de condições crônicas, como por exemplo, dor de dente, utilizando plantas medicinais, drogas lícitas e ilícitas para diminuir a dor.

Para Granja e Lima (2019), o cuidado oncológico é frequentemente negligenciado por pessoas em situação de rua, que priorizam a sobrevivência diária. Associado a isso, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, leva à demora no diagnóstico e tratamento do câncer nesse grupo, podendo resultar em desfechos fatais.

Durante a pesquisa exploratória realizada para a elaboração desse trabalho, pôde-se notar que são várias as dificuldades e problemas vivenciados pelas PSR, no contexto do cuidado com a saúde e ao acesso aos serviços de saúde e, também, que as pesquisas que abordavam esses temas, em sua maioria, eram qualitativas, ora relatando a percepção dos profissionais de saúde,

ora a percepção das PSR. Não foi encontrado nenhum estudo quantitativo que demonstrasse o fluxo da PSR na RAPS.

Analisando os dados do Censo SUAS de 2019, Pedrosa e Cáceres-Cerrano (2022) constataram que a articulação entre Centros POP e CAPS é fundamental, especialmente em grandes municípios. A interação com hospitais ainda é incipiente, independentemente do porte municipal. Os autores destacam a importância dos protocolos de fluxo para a efetivação da intersetorialidade na atenção à saúde da população em situação de rua e sugerem estudos longitudinais para embasar políticas públicas futuras.

Nesse sentido, é importante destacar, que esses desafios impactam na produção de pesquisas descritivas que demonstrem, quantitativamente, o acesso das PSR à rede de atenção à saúde.

CONCLUSÃO

O presente estudo revelou um perfil predominantemente masculino e jovem entre a população em situação de rua atendida pelo Centro POP de Ribeirão Preto. A baixa escolaridade e o desemprego foram características marcantes desse grupo.

Em relação ao acesso à saúde (mental?), observou-se uma subutilização dos serviços, especialmente entre aqueles sem diagnóstico psiquiátrico.

A necessidade de uso de substâncias psicoativas e a alta prevalência de internações hospitalares evidenciam a vulnerabilidade desse grupo e a necessidade de cuidados específicos.

A ausência de diagnóstico psiquiátrico em uma parcela significativa dos participantes indica a importância de fortalecer a integração entre os serviços de assistência social e saúde, a fim de garantir um cuidado integral e humanizado. Além disso, a baixa adesão aos tratamentos e o acompanhamento irregular nos serviços de saúde mental apontam para a necessidade de estratégias de fortalecimento do vínculo e de adaptação dos serviços às necessidades específicas dessa população.

Conflitos de interesse: Os autores declaram que não há conflito de interesse.

REFERÊNCIAS

ABREU, D.; OLIVEIRA, W. F. Atenção à saúde da população em situação de rua: um desafio para o Consultório na Rua e para o Sistema Único de Saúde. *Cad. Saúde Pública*, v. 33, n.2, p. 1-2, 2017. Disponível em: [SciELO - Brasil - Atenção à saúde da população em situação de rua: um desafio para o Consultório na Rua e para o Sistema Único de Saúde](#)

ALECRIM, T. F. A. *et al.* Experiência dos profissionais de saúde no cuidado da pessoa com tuberculose em situação de rua. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, n. 5, p. 809 -816, 2016. *FapUNIFESP (SciELO)*. <http://dx.doi.org/10.1590/s0080-623420160000600014> Acesso em: 15 ago. 2024.

BARROS, L. N. *et al.* Cuidado em saúde e acesso aos serviços de saúde por pessoas em situação de rua. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S.L.], v. 23, n. 5, p. e12045, 5 maio 2023. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*. <http://dx.doi.org/10.25248/reas.e12045.2023> Acesso em: 15 ago. 2024.

BORYSOW, I. C.; FURTADO, J. P. Access, equity and social cohesion: evaluation of intersectoral strategies for people experiencing homelessness. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S.L.], v. 48, n. 6, p. 1069-1076, dez. 2014. Disponível em: [SciELO - Brasil - Access, equity and social cohesion: evaluation of intersectoral strategies for people experiencing homelessness](#) *Access, equity and social cohesion: evaluation of intersectoral strategies for people experiencing homelessness* Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério dos direitos humanos e da cidadania. **População em Situação de Rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis com base em registros administrativos e sistemas do governo federal**. Brasília, 2023. Disponível em: [relat_pop_rua_digital.pdf \(www.gov.br\)](#) Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASÍLIA. GOVERNO FEDERAL. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua. 2008**. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inclusao_outros/aa_diversos/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

DIMENSTEIN, M. *et al.* A saúde mental e atenção psicossocial: regionalização e gestão do cuidado integral no sus. **Salud & Sociedad**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 70-85, 3 maio 2018. *Universidad Católica del Norte - Chile*.

<http://dx.doi.org/10.22199/s07187475.2018.0001.00004>. Acesso em: 20 maio 2023.

GRANJA, M. C. L. M.; LIMA, F. L. T. Barreiras à prevenção do câncer e tratamento oncológico para a população em situação de rua. **Revista Brasileira de Cancerologia**, [S. l.], v. 66, n. 2, p. e-09816, 2020. DOI: 10.32635/2176-9745.RBC.2020v66n2.816. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/816> Acesso em: 02 ago. 2024.

HALLAIS, J. A. S.; BARROS, N. F. Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. **Cad. Saú de Pública**. 2015; v. 31, n.7, p. 1497-1504, 2015. Disponível em: [SciELO - Brasil - Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade](#) Acesso em: 08 maio 2024.

HINO, P.; SANTOS, J. O.; ROSA, A. S. Pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde. **Rev. Bras. Enferm.**, v.71, n. 1, p. 732-740, 2018. Disponível em: [O acesso aos serviços de saúde pela População em S.pdf](#) Acesso em: 04 jul.2024.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 25 ago. 2024.

OPAS. 2024. Abuso de substâncias. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/abuso-substancias> Acesso em: 10 mar. 2024.

PEDROSA, T. B. *et al.* Centro Pop e Intersetorialidade: o problema da articulação com a rede de saúde mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 161-172, jan. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232022271.19822021> Acesso em: 02 jul. 2024.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: [Produto 9 SMADS SP.pdf \(prefeitura.sp.gov.br\)](#) Acesso em: 10 ago. 2024.

RIBEIRÃO PRETO. Centro POP. 2024. Disponível em: <https://www.assistenciasocial.org/centro-pop-ribeirao-preto-sp-endereco-e-atendimento/> Acesso em: 23 abr. 2024.

ROSSI, C. C. S. *et al.* Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 32, p. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32170161>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SKOSIREVA, A. *et al.* Different faces of discrimination: perceived discrimination among homeless adults with mental illness in healthcare settings. **BMC Health Care Research**, v. 14, p. 376, 2014. Disponível em: [\(PDF\) Different faces of discrimination: Perceived discrimination among homeless adults with mental illness in healthcare settings \(researchgate.net\)](#) Acesso em: 10 ago. 2024.

VALE, A. R. *et al.* “UPA é nós aqui mesmo”: as redes de apoio social no cuidado à saúde da população em situação de rua em um município de pequeno porte. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 222-234, mar. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902019180601>. Acesso em: 12 ago. 2024.

ZUIM, R. C. B.; TRAJMAN, A. Itinerário terapêutico de doentes com tuberculose vivendo em situação de rua no Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 1-19, 13 ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312018280205>. Disponível em: scielo.br/j/physis/a/mL7w7RW4gFB65zfqGsxzYBy/?format=pdf Acesso em: 10 maio 2024.